

Incertos limites: reflexões sobre dualismos
(Uncertain limits: reflexions on dualisms)

Ângela Esteves Modesto

Resumo: Este trabalho teve como objetivo problematizar questões referentes às relações de gênero por meio de uma reportagem divulgada na Revista FAPESP, em abril de 2010, sobre a caracterização de disfunções orgânicas do desenvolvimento sexual, ou hermafroditismo. Tratou-se de abordar o tema com base em ideias apresentadas por autoras feministas como Joan Scott, Judith Butler, Anne Fausto-Sterling, Donna Haraway, Linda Nicholson e Gayle Rubin. Apóia-se, também, em ideias de Michel Foucault. Os casos apresentados pela revista são tratados como problemáticos até que se determine se o corpo é de homem ou de mulher, para então proceder cirurgicamente. Por outro lado, o problema para os pacientes não parece remeter à constituição ou à aparência da genitália em si, mas sim às dificuldades em lidar com expectativas que estão na lógica da divisão natural dos sexos. Procurei apresentar alguns argumentos que auxiliam a olhar para o saber médico com alguma estranheza e ajudam a defender o conhecimento sempre de um ponto de vista parcial.

Palavras-chave: sexo, gênero, disfunção sexual, dualismos.

Abstract: This work aims to discuss gender relationships issues through an article posted on FAPESP Magazine in April, 2010, about the characterization of organic dysfunctions of the sexual development, or hermafroditism. The issues are addressed based on ideas presented by feminist authors as Joan Scott, Judith Butler, Anne Fausto-Sterling, Donna Haraway, Linda Nicholson and Gayle Rubin. It is also supported by the ideas of Michel Foucault. The cases presented by the magazine's article are treated as problematic until the bodies are determined as man or woman, to then proceed surgically. On the other hand, from the point of view of the patients the problem does not seem to refer to the appearance of the genitalia, but to the difficulties in dealing with expectations concerned to the logic of the natural division of sexes. I tried to rise up some arguments that help to face the medical knowledge with some strangeness and help to defend knowledge always from a partial point of view.

Palavras-chave: Sex, gender, sexual dysfunction, dualisms.

Uma vez a equipe tratou de uma menina recém-nascida, hoje com 11 anos, que apresentava hiperplasia adrenal congênita, com um clitóris semelhante a um pênis, e tinha sido registrada como menino. Segundo Marlene [psicóloga, que acompanha pessoas com ambigüidade sexual no Hospital das Clínicas de SP], os pais escolheram que ela seria homem e não aceitaram a orientação de mudança para o sexo social feminino porque já tinham duas filhas e desejavam um filho. A escolha resultou também de outra razão. 'A mãe achava que ser mulher era sinônimo de sofrimento e convivia com a culpa, como o marido dizia, de ter tido uma criança anormal', conta Marlene. Na cirurgia, os médicos removeram ovários e útero dessa Maria, que terá de tomar hormônio masculino por toda a vida adulta, já que seu organismo não o produz. (FIORAVANTE, 2010, p.20)

Houve um tempo em que a organização de sexo e de gênero tinha uma função que não se esgotava em si mesma – ela organizava a sociedade. Agora, ela só organiza e se reproduz a si mesma. (RUBIN, 2003, p.51)

Em nome de que moral, regras implícitas e explícitas, fantasias e frustrações se modifica o corpo de um recém-nascido a fim de imprimir (ou ressaltar) nele uma marca que o que o defina? Trata-se da matéria de capa da revista Pesquisa FAPESP, intitulada “Limites Incertos”¹, fazendo referência à dificuldade de se estabelecerem os limites masculinos e femininos em casos chamados de ambigüidade sexual ou Distúrbios de Desenvolvimento Sexual (DDS). Segundo os pesquisadores, são 23 os tipos de DDS. Isto não quer dizer que desses distúrbios necessariamente decorram problemas de saúde para quem os apresente, mas apenas que seus órgãos sexuais não permitem identificação imediata com sexo masculino ou feminino e que, portanto, seu desenvolvimento sexual ou mesmo a constituição de sua identidade estarão socialmente comprometidos se não se fizer alguma intervenção no sentido de explicitar um dos sexos e eliminar o outro.

Neste ponto, podemos nos valer do segundo trecho, escrito por Gayle Rubin (1975/2003), que já em 1975 discute como contextos socioculturais diversos são ordenados pelo que chama de sistema sexo/gênero, o que não cumpriria nenhuma outra função específica a não ser conduzir as pessoas a se comportar de acordo com padrões de comportamento esperados para dois grandes grupos, homens e mulheres, distanciando-se deles os que destoam padrão dual, por exemplo, as pessoas com DDS, os transgêneros e travestis.

Foucault (2005), em *A Verdade e as Formas Jurídicas*, afirma que as pessoas são campos de domínio de um saber – proveniente das práticas sociais do controle e da vigilância – assim como sua individualidade, normalidade e anormalidade e o quanto estão cumprindo ou não determinadas regras. Analisando-se o sistema de parentesco ocidental, tratar-se-ia da vigilância em torno da submissão das pessoas à hierarquia de

¹ Matéria em formato eletrônico disponível em <http://revistapesquisa.fapesp.br/?art=4095&bd=1&pg=1>.

gênero à que obedece a sociedade, de sua posição em um sistema de categorias e status que confere determinados direitos para homens e outros para as mulheres (RUBIN, 2003, p.25). A fim de manter as categorias e as justificar teoricamente, muitos são os esforços para desvelar corpos masculinos e femininos amiúde, seus respectivos funcionamentos hormonais, evolução e maturação sexuais, interesses, habilidades, preferências, etc., privilegiando e reforçando, conseqüentemente, o mesmo dualismo cuja manutenção justifica a investigação científica. Novamente, a afirmação inicial de Gayle parece ser certa. Ao longo das três últimas décadas, no entanto, o discurso de que as diferenças entre homens e mulheres têm base biológica tem sido intensamente contestado, por diferentes vieses muitas vezes complementares.

Para muitas correntes do feminismo, movimento que busca de diversas formas quebrar as estruturas que justificam direitos diferentes para homens e mulheres, dois termos são comuns, porém, usados para determinar coisas diferentes. Refiro-me a sexo e gênero, que em certo período e para certas correntes, referem-se respectivamente ao que é biologicamente dado e ao que é socialmente construído. Mesmo para a biologia e medicina hoje, tais termos estão bastante fundidos, pois comportamentos, preferências e predileções, por exemplo, podem ser tanto biologicamente dados (conseqüência de hormônios e da genética) quanto socialmente construídos (conseqüência de convivência, aprendizagem e imitação).

Ao longo de seu *Interpretando o Gênero* (1994/2000), Linda Nicholson, caracteriza o que chama de fundacionalismo biológico: uma noção causal do relacionamento entre corpo (masculino ou feminino), personalidade e comportamento. Segundo Nicholson,

A assunção de que tudo o que há em comum entre as mulheres devido ao sexo gera tudo que há em comum entre elas em termos de gênero explica a tendência a se pensar o gênero como

representativo do que as mulheres têm em comum, e aspectos de raça, classe como indicativos do que elas têm de diferente. (NICHOLSON, 1994/2000, p.13)

Como consequência disto, a autora defende que a idéia de que há aspectos comuns e imutáveis – originários do corpo – entre todas as mulheres e entre todos os homens obscurece as diferenças existentes entre elas e entre eles, não havendo aspectos comuns emanando da biologia (p.14), já que a humanidade difere também quanto às inúmeras formas de se compreender o corpo, atribuindo-lhe diferentes sentidos e importância.

Anos antes, Judith Butler (1990/2003) problematizava a categoria ‘mulheres’. Ela afirmava que o gesto de incluir todas as mulheres em uma categoria gerou críticas, pois

...a insistência sobre a coerência e unidade da categoria das mulheres rejeitou efetivamente a multiplicidade das intersecções culturais, sociais e políticas em que é construído o espectro concreto das "mulheres". (BUTLER, 1990/2003, p.34)

Em outro artigo, mais recente, Butler (2004/2009) se posiciona diante dos diagnósticos que justificam cirurgias para troca de sexo em transexuais. A autora reconhece dois argumentos, um em que o diagnóstico legitima a existência de uma patologia, o que facilita o acesso aos recursos médicos e tecnológicos a serviço de processos de transição (de sexo) e outro que coloca o diagnóstico como a patologização do que deveria ser entendido como uma possibilidade entre outras de determinar o próprio gênero (BUTLER, 2004/2009). Apesar de considerar legítimo o primeiro argumento, Butler insiste que o diagnóstico dos problemas ligados ao gênero compromete a autonomia dos sujeitos transgêneros, já que

Ele pressupõe a linguagem da correção, adaptação e normalização. Ele busca sustentar as

normas de gênero tal como estão constituídas atualmente e tende a patologizar qualquer esforço para produção do gênero seguindo modos que não estejam em acordo com as normas vigentes (ou que não estejam de acordo com uma certa fantasia dominante do que as normas vigentes realmente são). É o diagnóstico que tem sido imposto às pessoas contra a vontade delas e é o diagnóstico que tem eficazmente feito vacilar a vontade de muitas pessoas... (BUTLER, 2004/2009, p.97)

Uma autora constantemente citada pela clareza com que apresenta definições para gênero como categoria de análise é Joan Scott. Em um de seus textos, ela define gênero como “a organização social da diferença sexual” e como “o conhecimento que estabelece os significados para as diferenças corporais” (SCOTT, 1988, p.2). O gênero não produz diferenças fixas entre homens e mulheres, mas constitui o discurso sobre as diferenças entre os corpos que legitima a diferença sexual como se fosse pré-discursiva. Abrindo um de seus textos, Scott (2000) defende que é necessário articular um pensamento alternativo sobre o gênero que transcenda a confirmação ou reversão das hierarquias masculinas e femininas e que seja útil e relevante para a prática política. A alternativa, para ela, também seria considerar uma mais complicada diversidade, historicamente variável, do que a que é permitida pela oposição mulher-homem, que possa se expressar diferentemente, para propósitos diferentes, em contextos diferentes (SCOTT, 2000, p.219). Isto implicaria o abandono de explicações biológicas para cada lado da oposição e também da noção de que todos que estão dentro de cada uma das categorias são iguais, tendo, portanto, as mesmas necessidades, as mesmas dificuldades, os mesmos comportamentos, etc.

Diante dos argumentos apresentados, pergunto-me, novamente, em nome de quê a Maria do excerto inicial foi construída como menino e terá que tomar hormônios pelo resto da vida. Fato é que as opiniões e decisões sobre seu caso, inclusive as de cunho

científico, não estão dissociadas da idéia completamente naturalizada da diferença sexual binária. Quem apresenta esta questão é Butler (2002), ao comentar a materialidade das coisas que são objetos de toda a ação. Ela diz:

Podemos tratar de retornar a la materia entendida como algo anterior al discurso para basar nuestras afirmaciones sobre la diferencia sexual, pero esto solo nos llevaria a descubrir que la materia está completamente sedimentada con los discursos sobre el sexo y la sexualidad que prefiguran y restringen los usos que pueden dársele al término. Además, podemos tratar de recurrir a la materia para poder fundamentar o verificar una serie de ataques y violaciones, pero esto sólo nos llevaría descubrir que *la materia misma está fundada en una serie de violaciones*, violaciones inadvertidamente repetidas en la invocación contemporánea. (BUTLER, 2002, p.56, ênfases originais)

Isto significa que todo o conhecimento é construído sob o guarda-chuva das crenças relativas ao sexo, não sendo possível teorizar sobre o corpo de forma pura. A bióloga Anne Fausto-Sterling (2002) oferece preciosos argumentos relativos à como os conhecimentos passam a fazer parte da fisiologia dos corpos. Ela problematiza a

...criação, pelos cientistas (...) de verdades sobre a sexualidade; como nossos corpos incorporam e confirmam essas verdades; e como essas verdades esculpidas pelo meio social em que os biólogos praticam seu ofício, por sua vez, dão forma a nosso ambiente cultural. (FAUSTO-STERLING, 2002, p.21)

De acordo com a matéria da revista Pesquisa FAPESP (2010), foram 400 as crianças, adolescentes e adultos do Brasil e de países vizinhos os analisados para o trabalho que vinculou manifestações externas a mutações genéticas (especificamente do gene CYP21A2, localizado no cromossomo 21) para a determinação do DDS. Para as meninas, as manifestações caracterizam a “virilização dos genitais”. Elas nascem com clitóris hipertrofiado e uma bolsa escrotal sem testículos cobrindo a vagina. Já os

meninos podem apresentar risco de morte devido à perda de sal, mas não apresentam “ambigüidade sexual” (FIORAVANTE, 2010, p.18). Ainda de acordo com a reportagem, a projeção de ocorrência de DDS no Brasil é de um caso para cada 10 mil nascidos vivos e, portanto, de ao menos 840 casos que, segundo o artigo, deveriam ter aparecido nos hospitais brasileiros. Destes, 380 apareceram no Hospital das Clínicas de São Paulo e, provavelmente, tiveram que escolher entre ser homem ou mulher e evidenciar a escolha por meio da “correção” da genitália, mesmo tendo passado grande parte da vida sem essa definição.

O que estes dados significam, para além da incidência de mutação em um gene? Que no Brasil, ao menos 840 corpos, como pontua Fausto-Sterling (2002), desafiam as normas da dualidade sexual. Mais que isso, significam que ao menos 380 passaram pelo crivo atemporal do conhecimento científico, podendo ter sido modificados a fim de reforçar a linha de separação entre os sexos – que antes era tênue ou mesmo inexistente – numa clara construção artificial de um limite que é absolutamente tido como natural e inerente aos corpos.

O progresso no manejo da intersexualidade pela medicina implica a manutenção do “normal”, traduzido por apenas duas possibilidades: macho e fêmea, buscando-se a adequação dos corpos que

...não cabem naturalmente em classificações binárias; só o instrumento cirúrgico pode fazê-los caber (...). Por que importar-nos se existirem indivíduos cujo “equipamento biológico natural” lhes permita fazer sexo “naturalmente” tanto com homens quanto com mulheres? (...) *A resposta: a fim de manter as divisões de gênero, precisamos controlar aqueles corpos que são tão refratários que chegam a apagar as fronteiras.* (FAUSTO-STERLING, 2000, p.27, ênfase minha)

Por que não postular novas formas de resolver os problemas em vez de

racionalizar as antigas formas de conhecimento, fonte dos problemas? Marilyn Strathern (2006), outra crítica feminista, complementa, “Na verdade, as sociedades não são simplesmente mecanismos de solução de problemas: são também mecanismos de criação de problemas” (STRATHERN, 2006, p.69).

Uma senhora de 70 anos que procurou o Hospital das Clínicas, alegou que só expôs o problema depois que a mãe, que não a deixava falar, havia falecido. Outro caso apresentado na matéria é de uma pessoa que vivera como mulher por 16 anos nos fundos da casa da família, com quem tinha pouco contato. Ela não sabia ler nem escrever e disse à equipe que preferia ser homem para se opor aos pais que a tinham feito viver como mulher. Segundo a psicóloga do Hospital, ela tinha um clitóris grande que dava a ela prazer sexual. Tanto para a senhora de 70 anos quanto para a outra protagonista, o problema não parecia remeter à constituição ou à aparência da genitália em si, mas sim às dificuldades em lidar com expectativas decorrentes da lógica da divisão natural dos sexos, seja da família, da escola, de parceiros amorosos, etc. Em outras palavras, inspiradas em Butler (2003), se não se está nem de um lado nem de outro, não se é humano.

Procurei apresentar neste texto alguns argumentos que nos auxiliam e forçam a olhar para o conhecimento com alguma estranheza. Finalmente, valho-me de Donna Haraway, que defende o conhecimento sempre de um ponto de vista parcial, gerando um saber localizado e não universal: “Precisamos do poder das teorias críticas modernas sobre como significados e corpos são construídos, não para negar significados e corpos, mas para viver em significados e corpos que tenham a possibilidade de um futuro” (HARAWAY, 1995, p.16).

Referências bibliográficas

BUTLER, J. *Cuerpos que importan: sobre los límites materiales y discursivos del "sexo"*. Buenos Aires, Paidós, 2002.

BUTLER, J. *Desdiagnosticando o gênero*. Tradução de André Rios. *Physis* [online]. 2009, vol.19, n.1, PP.95-126. ISSN 0103-7331.

BUTLER, J. *Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

FAUSTO-STERLING, Anne. *Dualismos em duelo*. *Cad. Pagu* [online]. 2002, n.17-18, pp. 9-79. ISSN 0104-8333.

FIORAVANTE, C. *Limites incertos: Grupo de pesquisa paulista caracteriza 23 disfunções orgânicas do desenvolvimento sexual*. [Editorial]. *Pesquisa FAPESP: Ciência e Tecnologia no Brasil*. n.170, p.16-21, abr/2010.

FOUCAULT, M. *Conferência 1. A verdade e as formas jurídicas*. Nau Editora/PUC Rio, Rio de Janeiro, p.7-27, 2005.

HARAWAY, D. *Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial*. *Cadernos Pagu*, v.5, p.7-41, 1995.

NICHOLSON, L. *Interpretando o gênero*. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v.8, n.2, p.9-42, 2000.

RUBIN, G. *O tráfico de mulheres. Notas sobre a "Economia Política" do Sexo*. *Cadernos Pagu*, n.21, p.1-64, 2003.

SCOTT, J. W. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, n.20, v.2, p. 71-100, jul/dez, 1995.

SCOTT, J. W. *Igualdade versus diferença: os usos da teoria pós-estruturalista*. Debate Feminista (Cidadania e Feminismo), n. especial, p. 203-222, 2000.

SCOTT, W. J. *Gender and the Politics of History*. Columbia University Press, New York, 1988.